

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXI

**Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume I**



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

LEONEL DE LIMA: O BANDO E O BARCO

Luís MIGUEL DUARTE
(*Universidade do Porto*)

1. Quase cem anos de vida

É bem conhecida a biografia de Leonel de Lima¹. Recordemo-la em traços gerais:

- nasceu em 1403, filho secundogénito do fidalgo galego Femão Anes de Lima. A morte do irmão mais velho, solteiro e sem herdeiros, deixou-o à frente do património familiar;
- ao longo dos anos, entre o que herdou, o que recebeu e o que ‘conquistou’, conseguiu acumular uma fortuna considerável, em terras e em honrarias. Salientemos: as terras de Valdevez e Coura, as terras e lugares de Fraião, S. Martinho, Santo Estêvão, Geraz, e o Paço da Giela, que D. João I doara a seu pai², e que passaram

¹Vejam-se, entre outros: *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, 1956, p. 256; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973 (*fac-simile* da 2- edição de Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930), 3^o vol., pp. 79-85; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques, 1973, pp. 832-837; Idem, “Um Fidalgo Minhoto de Ascendência Galega: Leonel de Lima”, in *Actas do 1-Colóquio Galaico-Minhoto*. Ponte de Lima, 1981, pp. 259-269.

² Por *carta régia* de 24 de Janeiro de 1429.

para Leonel de Lima devido ao falecimento do irmão; várias *devesas abertas* no termo de Ponte de Lima; um espaço adquirido nesta vila em 1446 para construir uma capela e um jazigo; o cargo de *guarda-mor dos portos* de Valença do Minho, que o rei lhe outorgou em 1454; no mesmo ano, um privilégio aos seus caseiros, mordomos e apaniguados; dois casais em Dairam, terra de Riba de Lima³, em 1464; ainda nesse ano, é nomeado alcaide do castelo de Ponte de Lima, que iria ser construído em terrenos ocupados por casas suas; em 1471, recebe da Coroa o senhorio de Vila Nova de Cerveira e respectivo termo; em 1475, em Zamora, o rei transfere para ele a doação do reguengo e portagem de Ponte de Lima⁴, para que os réditos o ajudassem a edificar a fortaleza da vila; em 1475, recebe de juro e herdade a terra de Bural de Lima, bem como algumas propriedades que “andavam com” Diogo Pereira, almoxarife de Ponte de Lima; em 1476 é galardoado com o título de *Visconde de Vila Nova de* _____, passando a ser tratado por *Dom*. Foi o primeiro visconde português e, durante vários anos, o único. Quando se falava do *visconde*, era ele.

- Foi igualmente eficaz a acumular tenças. A saber: a partir de 1443, uma tença anual de 20.000 reais brancos, pagos no almoxarifado de Ponte de Lima⁵; a partir de 7 de Maio de 1446, uma tença anual de 10.000 reais brancos; a partir de 1454, uma tença anual de 15.000 reais brancos, pagos no almoxarifado de Ponte de Lima; a partir de 1459, uma tença anual de igual valor e modo de pagamento da anterior⁶; em 1475, com o título de *dom veio*

³ Julgamos que se trata de Deão.

⁴ Originariamente feita a seu filho.

⁵ Como prémio da sua participação na embaixada de 1442 a Castela, para isolar D. Leonor, a viúva de D. Duarte (veja-se a nota 8).

⁶ Na sequência da sua participação na tomada de Alcácer, em 1458.

uma tença anual de 50.000 reais brancos. Se Leonel de Lima as recebeu todas, nos últimos 20 anos de vida auferia a soma de 110.000 reais brancos. Era muito dinheiro.

- Politicamente, nota-se a sua descendência de um avô e de um pai que, sendo galegos, se colocaram frequentemente ao lado da Coroa portuguesa, nos reinados de D. Fernando e D. João I. Leonel de Lima participa na falhada tentativa de tomar Tânger, em 1437; na crise da regência, parece ter oscilado, começando por apoiar D. Leonor para depois tomar resolutamente o partido de D. Pedro⁷; em 1448 a sua posição é de novo pouco clara, para no dia da batalha de Alfarrobeira integrar a hoste do rei⁸; em 1455, é ele o

⁷É nessa qualidade que integra uma embaixada a Castela, em 1442, para provar a inconsistência das posições de D. Leonor. Ficaram-nos testemunhos dos gastos que fez: “Item çento e vijnte e nove mil e sseisçentos e tres reaes a Lionell de Lima porque foy com nossa embaixada a El Rei de Castella pera sseu mantijmento e das emcavalgadas que levou e sseus correjimentos. Item noveçentos e dez reaes por compra de papell e ssacos e cordas pera os livros e rooles do dito pedido e meo e pera os contos e pera as outras despessas meudas e dez mili rreaes ao dicto Lionell de Lima que lhe mandamos dar de graça” (excerto da carta de quitação passada em 30 de Setembro de 1450 a Pedro Afonso Malheiro, receptor do pedido e meio tirado do almoxarifado de Ponte do Lima - A.N.T.T., *Chane. Af.* F, L. 34, fól. 159, pub. por Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, Tomo I, p. 418). E ficaram-nos testemunhos de algumas das (más) companhias que levou: uma *carta de perdão* outorgada em 30 de Abril de 1443 ao besteiro Álvaro Afonso, morador em Valdigem, diz-nos que ele, apurado para ir a Ceuta, mandou em seu lugar Martim Afonso. Este partiu, regressou com um alvará que provava a sua estadia na praça africana, recebeu a paga combinada e foi à sua vida; depois veio-se a descobrir que o alvará era falso. O ouvidor da Corte emitiu uma ordem para que Martim Afonso fosse procurado por todo o Reino e detido. Álvaro Afonso, implicado no problema, conta que “se trabalhara de o buscar e nom ho poderá achar por sseer ido pera Castella quando sse destes regnos pera lia se fora Liunell de Lima e o doutor Ruy Gómez” (*Chañe. Af.* F, L. 27, fól. 110; pub. por Pedro de Azevedo, *ob.cit.*, T.I, pp. 230-231).

⁸ Também aqui contando entre os seus soldados com homens a contas com a justiça. Foi o caso do lavrador Gonçalo de Deus, que residira na freguesia de S. Gens, termo do Prado, acusado do homicídio, ocorrido seis ou sete anos antes, de Luís de Montemor, residente em Penagate, julgado de Vila Chã; a morte tivera lugar na devesa de Freiriz, no termo de Prado. A *carta de perdão* foi outorgada em 30 de Junho de 1450 (A.N.T.T., *Chane. Af.* V, L. 34, fól. 107, pub. por Pedro Azevedo, *ob.cit.*, Tomo I, p. 606).

encarregado de transportar as ofertas no baptizado do príncipe D. João; em 1458 ajuda Afonso V na conquista de Alcácer, e em 1475 volta a estar ao lado do monarca em Toro. Quando “O Africano” morreu, Leonel de Lima andava perto dos 80 anos. Julgamos que atravessou o reinado do “Príncipe Perfeito” com a discrição e o distanciamento que a idade e o cansaço da guerra lhe recomendavam. Finou-se em 1495, como o rei, com 93 anos, deixando seis filhos e quatro filhas - excelentemente casadas pelos padrões da época e do meio.

2. O senhor tirano e o patrono amigo

A sua actuação no plano social foi, passe o lugar comum, aquilo que se esperaria de um grado fidalgo do Entre Douro e Minho no século XV. Quando o rei tocava a reunir o exército, este homem nunca faltava; parece que levava sempre muitos e bons soldados, e de ‘boa cara’. Isso custava uma fortuna, que Leonel de Lima tratava de reunir ao modo do tempo, à custa dos camponeses seus dependentes⁹.

Apesar de senhor de um número razoável de terras, cedo centrou

⁹ Foi por isso que obrigou os camponeses da **sua** terra de S. Martinho a pagar, cada um, quatro alqueires de centeio para custear a sua participação na empresa de Tânger em 1437. Vejamos como, segundo eles: “[Outubro de 1439] **Extracto dos capítulos de Ponte de Lima sobre o pedido de Tânger** : Item Senhor no termo desta villa neesta terra de Sam Martinho moram bem iiii^o lauradores e em toda esta terra nom ha mais de quatro Hogares de Regueengo que nom rrende mais doyto moyos ao mais e Lionel de Llyma que ha esta rrenda sejuga todollos moradores da dita terra tomando sobre elles jurdiçom e pousando com elles e llançando lhes pidido de pam quando foy pera Tanger cada hũ quatro alqueires de çenteo e o que o nom tijna penhorava o por ell ataa que o hija comprar sem lhe pagando por elle real nem meo seja vosa merçee de lho mandardes pagar farees direito e justiça. Va a carta a Aires Gómez da Silva que se achar que asy he que lho faça llogo pagar.” (A.N.T.T., **Chanc. Af V₉** L. 2, fól. 24v; pub. por Pedro de Azevedo, **ob.cit.**, Tomo I, p. 520).

o seu interesse numa vila bonita, nobremente amuralhada, bem servida por uma ponte de causar admiração: Ponte de Lima. A partir dos anos 40 do século XV^{10 11}, Leonel de Lima fez tudo o que pode para se assenhorear da vila: comprou lá casas e terrenos, acumulou doações no termo, semeou o terror nas reuniões camarárias, a que comparecia amiúde com os seus filhos; foi paulatinamente minando a coesão social do concelho, recrutando criados que logo se desobrigavam de toda e qualquer servidão municipal. A ponto de, em dado momento, os procuradores limianos se queixarem ao rei, não sem algum exagero, por certo, de que dos 700 vizinhos do concelho e termo, 500 não pagavam as talhas municipais, por se dizerem *protegidos* do fidalgo. De pouco serviu aos da vila que, em Abril de 1478, D. Afonso V a declarasse *régia* para sempre, se desde 1464 Leonel de Lima ostentava o título de *alcaide* do castelo a construir intramuros. E com naturalidade que o vemos, em 1481, a fundar com a esposa o convento franciscano de Santo António de Ponte de Lima.

Leonel de Lima controlava razoavelmente a vida do concelho e até certo ponto mandava nos seus moradores: fazia-o de dentro das muralhas do castelo de que era alcaide, das terras e das jurisdições que possuía no termo e em todo o Entre Douro e Minho em geral, das avultadas tenças que recebia, algumas das quais pagas com as receitas do almoxarifado de Ponte de Lima. E, acima de tudo, através da sua *clientela*".

Para um senhor disfrutar de um poder efectivo, era indispensável construir e fortalecer constantemente uma densa rede de

¹⁰ Que eram também os seus quarenta anos.

¹¹ Os documentos coevos costumam referir-se a parte destas clientelas falando de "aios, mordomos, caseiros e apaniguados".

solidariedades verticais e horizontais, acolhendo, agasalhando e, sobretudo, *protegendo*. Julgo que a ligação a um poderoso funcionava muitas vezes como a *prima* : quando lhe interessava, um homem “chamava-se às ordens”, declarava-se clérigo; quando não lhe interessava, ‘regressava’ ao estado laical. Quando lhe interessava, um limiano invocava a sua ligação a Leonel de Lima - para não pagar numa finta, para não servir um encargo concelhio, para salvar a vida; quando não lhe interessava, era apenas um homem-bom morador do concelho.

3. O bando

Mas havia muitos que eram *sempre* “homens de Leonel de Lima”. Gente rija, disposta a tudo, extremamente fiel, formam ao mesmo tempo a espinha dorsal da sua hoste e a sua escolta pessoal . O grupo era heterogéneo: alguns não passariam de temíveis malfeitores que o fidalgo acolheu e cujos serviços utilizava; outros eram criados que faziam o que era preciso fazer: a lealdade e a obediência ao seu senhor podiam obrigá-los a dar cabo da vida de outros homens, fossem eles camponeses, homens-bons de Ponte de Lima ou fidalgos rivais.

Vou analisar oito *cartas de perdão régio* a homens de Leonel de Lima¹², evitando a armadilha da própria chancelaria que nos apresenta estes “criminosos” um por um, perdidos no meio de centenas de outros, e tentando compreender até que ponto os desmandos que praticaram foram “profissionais”, quer dizer, por os seus autores estarem ao serviço dos interesses do fidalgo (aquilo

¹² Há provavelmente mais algumas, quer na *Chancelaria de D. Afonso V*, quer na de *D. João II*. Este trabalho não tem pretensões a ser exaustivo.

a que, em outro trabalho, chamei *malfeitorias funcionais*).

Primeira observação: os oito indivíduos em causa beneficiam do perdão colectivo concedido por D. Afonso V a todos os homiziados que o acompanharam na expedição a Marrocos em 1471, no decorrer da qual se tomou Arzila e se ocupou Tânger; parece que Leonel de Lima, que, mesmo nos seus 70 anos, não podia perder uma boa luta, aproveitou para limpar o cadastro de alguns dos seus homens. Cadastro esse que, segundo as fontes de que dispomos, era o seguinte:

1. PEDRO NUNES

Apresenta-se como escudeiro e criado de Leonel de Lima. Era acusado da morte de Diogo Fernandes, escudeiro de Lopo Gomes de Abreu, assassinado na freguesia de Baião, do julgado de Valdevez. Além disso, Garcia Gomes, morador na terra de Sande¹³, queixara-se de que ele o agredira e ferira durante um “arroido” que aconteceu num lugar daquele julgado¹⁴. Os dois crimes foram comprovados por testemunhas em “inquirições devassas e judiciais”¹⁵.

2. FERNANDO EANES DA PONTE

Reside em Ponte da Barca. A primeira queixa contra ele é clara: os homens de Leonel de Lima atacaram “em assuada”, para “roubar e matar”, algumas pessoas, entre as quais Gonçalo Correia e Pero

¹³ Senhorio da Galiza.

¹⁴ Nem é claro o julgado - penso que se trata do de Valdevez - nem o nome do lugar:

Coroças ou **Coboçasl**

¹⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 17, fól. 68.

Correia, comendadores de Aboim e Távora, do julgado de Valdevez, os quais, em 1471, já não eram vivos, e Gomes Correia, irmão deles, escudeiro do Duque de Guimarães. A segunda queixa clara é: Lopo Rodrigues de Araújo e seu irmão Pedro Eanes, já falecido, acusaram um grupo em que ele se incluía de lhes ter feito uma espera violenta e os ter agredido e ferido. A terceira queixa é do mesmo teor: Gil de Magalhães e sua esposa, Dona Maria, queixaram-se de um ataque do bando de Leonel de Lima, que Fernando Eanes da Ponte integrava, “dentro a sua terra”. Gil de Magalhães era senhor da terra da Nóbrega. Alguns dos seus homens foram espancados e o casal espoliado de valores e de roupas de cama e de vestir¹⁶.

3. GOMES GONÇALVES DE FRANDE

Nascido na Ribeira de Soaz, surge-nos com nada menos de oito crimes no cartório:

- como elemento do bando de Leonel de Lima participou numa “assuada” contra o almoxarife de Ponte de Lima, Diogo Pereira¹⁷.
- O abade de Parada, Gomes Pires, queixou-se de que Gomes Gonçalves foi a casa dele para o matar e, não o encontrando, lhe roubou uma taça de prata.
- Dois moradores do couto de Bouro, João Vasques e Afonso Vasques, acusaram-no de, com outros, os ter tentado matar; não dando com eles, arrombaram-lhes as portas das casas.
- João da Ribeira de Valdevez acusou-o de o ter ferido de propósito num pé, deixando-o quase aleijado.

¹⁶ A.N.T.T., *Chañe. AfV*, L. 17, fól. 27.

¹⁷ Dizia este que tentaram matá-lo e agrediram os seus homens.

- Afonso Eanes de Saime¹⁸ declarou que Gomes Gonçalves foi em “aso e consentimento” de lhe levarem a mulher de casa e de lhe roubarem tudo o que tinha.
- O abade de Santa Cruz, Álvaro Gonçalves, foi vítima de um ataque do bando: roubaram-lhe vários valores e armas.
- João da Porta teria sido agredido e ferido por Gomes Gonçalves, de propósito e “sob segurança”.
- Por último, dois juízes do couto de Bouro e do julgado de S. João de Rei, Álvaro Colaço e João Gonçalves de Linhares, acusaram-no de os atacar armado, “em assuada juntamente” com outros homens, para lhes tirar das mãos o preso João de Laredo, que os juízes haviam detido por ter ferido e roubado um outro homem, Gil de Soberedo¹⁹.

4. PEDRO EANES

É escudeiro de Leonel de Lima e reside em Ponte de Lima. Foi acusado de ter roubado e ferido João Vasques, que havia sido recebedor das sisas no julgado de Valdevez, e Gil de Cimães, lá morador²⁰.

5. Rui VASQUES

Mora em Ponte da Barca, é escudeiro e *criado do rei*. Tal como o primeiro desta série, foi acusado da morte de Diogo Femandes, morto em Valdevez²¹. Queixaram-se ainda dele Gil de Magalhães,

¹⁸ Do julgado de Valdevez.

¹⁹ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 17, fôls. 22-22v.

²⁰ A.N.T.T., *Chanc. Af. V, L.* 17, fôls. 101-101 v.

²¹ Eis um exemplo perfeito de como a análise das *cartas de perdão* pode ser enganadora: por esta, somos levados a crer que estamos perante um banal homicídio;

senhor da terra da Nóbrega, Lopo Rodrigues de Araújo e seu irmão Pedro Eanes de Araújo, já falecidos, moradores na mesma terra, de que um bando de que ele fazia parte os agrediu e feriu “de preposito e sob segurança”. Já conhecemos o caso.

Uma terceira querela partiu de Garcia Gomes Galego, morador em Sande, na Galiza, que dizia ter sido agredido e ferido por Rui Vasques e outros quando andava em Portugal. Também já conhecemos o caso.

Como conhecemos o que motivou a quarta queixa: a de Gomes Correia, escudeiro do Duque de Guimarães, e de Frei Pedro Correia e Frei Gonçalo Correia, seus irmãos, comendadores de Aboim e Távora, já falecidos. Segundo essa queixa, Rui Vasques e alguns companheiros foram esperá-los à Ponte da Barca para os roubar e matar, agredindo-os e causando-lhes ferimentos (uma vez mais, “de preposito e sob segurança”)²².

6. LOPO ÁLVARES

Era escudeiro de Leonel de Lima e residia em Valdevez. Pedia contra ele a acusação de ter participado no ataque da Ponte da Barca. Os dados sobre os queixosos são ligeiramente mais completos: eram eles Gil de Magalhães e sua esposa, Dona Maria, Lopo Rodrigues de Araújo e sua mulher, Dona Beatriz de Sousa, e Pedro Eanes de Araújo, irmão do anterior (homem solteiro, que em Dezembro de 1471 já não era vivo)²³.

mas se cruzarmos a informação com a contida na **carta de perdão** a Pero Nunes, o primeiro da série, vemos que nesta se especifica que o morto era escudeiro de Lopo Gomes de Abreu. Rui Vasques surge-nos assim como um dos homens do bando de Leonel de Lima, aspecto que omitiu voluntariamente, e o homicídio como um possível episódio de um conflito entre senhores.

²² A.N.T.T., **Chanc. Af. V**, L. 17, fols. 109-109v.

²³ A.N.T.T., **Charte. Af. V**, L. 17, fól. 109.

7. LOPO RODRIGUES PINHEIRO

No início diz apenas que mora em Ponte da Barca, no julgado da Nóbrega. A primeira acusação que pendia contra ele era a do homicídio de Afonso Gil de Louredo, lá assassinado. A segunda era de ter participado num outro homicídio que já conhecemos - o de Diogo Fernandes, morto nas Choças²⁴, no julgado de Valdevez - um acto colectivo, segundo se afirma neste documento. Uma terceira queixa foi apresentada por um homem que ele teria ferido (Garcia Gomes de Azevedo)²⁵. A quarta querela liga-se ao ataque de Ponte da Barca: desta vez os queixosos afirmam que, *vezes*, ele, *com homens de Leonel de Lima*, os atacaram “em assuada”, os feriram e roubaram de armas e valores. A quinta querela é a dos três irmãos Correia²⁶. A acusação é repetida, as palavras são diferentes: contam que vindo eles para o lugar da Barca, “que lhes tevera o caminho”, os roubara de armas e vários valores, os ferira e quisera matar. Uma sexta e última querela é apresentada por Rodrigo de Navais, morador em Valdevez: de noite e “sem oras”, Lopo Rodrigues atacou-o, dando pancadas e causando ferimentos ao queixoso e à mulher²⁷.

²⁴ Hoje Aboim das Choças.

²⁵ Deve tratar-se do Garcia Gomes, natural da Galiza, ferido em “arroido” por Pedro Nunes, e do Garcia Gomes Galego, agredido e ferido por Rui Vasques. De novo se observa que só uma leitura atenta e cruzada destes documentos nos permite ver o bando em acção, e não um simples somatório de desacatos individuais.

²⁶ Só nesta **carta de perdão** se especifica que Gonçalo Correia era comendador de Aboim e Pero Correia comendador de Távora. As duas comendas pertenciam à Ordem do Hospital.

²⁷ O acusado andava por **carta de segurança** perante Vasco Pereira, ouvidor de Vasco Martins de Resende (A.N.T.T., **Chanc. Af. V**, L. 17, fôls. 106-106v.).

8. JOÃO RODRIGUES

Morava igualmente no julgado da Nóbrega, no lugar do Ribeiro. Participou nos ataques contra Gil de Magalhães e os dois irmãos Araújo na Ponte da Barca. Envolveu-se em “arroido” com João da Devesa, morador em Valdevez, agredindo-o e ferindo-o; como terá agredido, ferido e roubado Afonso Femandes, morador no termo de Monção. Obteve uma *carta de segurança* mas não respeitou a exigência de residência fixa²⁸.

4. Um padrão de conduta?

Tentando fazer uma síntese destas numerosas acusações, e não considerando para o tema que nos ocupa as rixas e agressões individuais em que alguns destes homens parecem ter-se envolvido com frequência e facilidade, ressaltam:

1. o homicídio de um escudeiro de Lopo Gomes de Abreu. Ora este era genro de Leonel de Lima, por ter casado com a sua filha Inês de Lima ou Inês de Soutomaior. Mais: Lopo Gomes de Abreu era senhor da terra de Rossas e da terra de Regalados²⁹. Simple ajuste de contas entre o bando de Leonel de Lima e o morto, ou indício de algum conflito entre o fidalgo e o seu genro³⁰?

²⁸ A.N.T.T., *Chane. Af. V*, L. 17, fól. 109. Podemos juntar ao grupo Mem Rodrigues, escudeiro de Leonel de Lima, acusado de ter morto, em Geraz, um Gil Afonso. Recebe uma *carta de perdão* em 12 de Julho de 1456 (*Chane. Af. V*, L. 13, fól. 51; pub. por Pedro de Azevedo, *ob.cit.*, Tomo II, 1934, p. 458).

²⁹ O anterior titular desta última era Pedro Gomes de Abreu, que em 4 de Dezembro de 1453 já não era vivo. Em 1 de Novembro de 1464 é de crer que Lopo Gomes de Abreu também já tivesse falecido, a julgar por uma carta régia dessa data a favor do filho. Sobre este senhor veja-se Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, pp. 678 e 837; *Livro de Linhagem do Século XVI*, p. 256; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, p. 85.

³⁰Não sendo este o momento para estudar a esposa, D. Inês, poderíamos dizer dela:

2. O ataque aos dois comendadores e ao seu irmão, escudeiro do Duque de Guimarães (também não parece tratar-se de uma rixa espontânea);

3. os repetidos ataques e “assuadas“, em Ponte da Barca, contra o senhor da Nóbrega e os dois irmãos Araújo. Quem são eles? Gil de Magalhães obteve o título de senhor da terra da Nóbrega por um processo reconstituído por Humberto Baquero Moreno³¹: pertencia ela a João Rodrigues Ribeiro, fidalgo da Casa do Rei, que, a pedido do monarca, renunciou à sua posse. Em 14 de Novembro de 1458 D. Afonso V doou-a a João de Magalhães, fidalgo da Casa do Duque de Bragança, tendo depois passado para seu filho, Gil de Magalhães, fidalgo da Casa do Duque de Viseu, em data que desconhecemos. Este casou com D. Maria de Meneses, a nona filha do matrimónio de Rui Gomes da Silva com D. Isabel de Meneses (filha natural do primeiro governador de Ceuta, D. Pedro de Meneses); data de 12 de Dezembro de 1461 a carta régia da tença de 2.000 coroas de oiro do dote que o “Africano” outorgou a este senhor³².

“tal pai, tal filha”. Pelo menos a julgar pelo relato de um homem chamado Aparicio, morador em Valença do Minho: vivendo ele com Lopo Gomes de Abreu, a esposa, Dona Inês, foi a casa de um seu escudeiro, Rui Felgueira, morador no termo de Monção, “e tirara huum Fernando o pyom Chamorro d’alcunha homem de pee do dicto Lopo Gómez que estava cercado dos juizes da dicta villa de Monçam e doutra gemte e justiça que o queriam premder dentro em hua cassa os quaes juizes aviam nome Alvaro Fernandez e Lourenço Ayres”. A expedição comandada pela fidalga, na qual o narrador participou, conseguiu libertar Fernando Chamorro (o qual era acusado da morte de Afonso Mendes, irmão de Lourenço Mendes). A *carta de perdão* foi passada em Lisboa, em 7 de Fevereiro de 1472 (*Chane. Af. V*, L. 35, fól. 73), mas refere-se a um incidente ocorrido 7 ou 8 anos antes. Um bando é assim: quando um dos membros está em dificuldades, o grupo vai rapidamente em seu socorro, com o senhor - a senhora, neste caso - à frente.

³¹A *Batalha de Alfarrobeira...*, p. 1049, nota 2.

³² A.N.T.T., *Chane. Af. V*, L. 9, fól. 9v; referido por A.B. Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, p. 286 (nota 6) e 287, e Vol. II, p. 21.

Lopo Rodrigues de Araújo era escudeiro da Casa do Rei, filho de Paio Rodrigues de Araújo (cavaleiro da Casa do Rei e escrivão da fazenda régia nos três primeiros reinados da dinastia de Avis)³³. Este trazia da Coroa a posse das rendas e direitos dos reguengos de Monção³⁴; por sua morte, os filhos Paio Rodrigues e Lopo Rodrigues de Araújo sucederam-lhe possivelmente nessa posse³⁵. Não sabemos se o irmão, Pedro Eanes de Araújo, é o Pedro Pais, falecido na expedição a Tânger malogradamente conduzida pelo I. D. Fernando, em 1464, e na qual também perdeu a vida um outro filho de Paio Rodrigues de Araújo, Rui Pais³⁶. Quer dizer, insultos, agressões e vandalismo contra dois comendadores da Ordem do Hospital, contra os senhores das terras de Rossas, de Regalados, da Nóbrega, contra fidalgos da Casa do Rei influentes em Monção.

4. Actos de obstrução da justiça, libertando um presumível assassino das mãos dos juízes; e de ataque e roubo a cobradores de impostos.

Para se afirmar como um senhor temido e obedecido, Leonel de Lima tinha que mostrar claramente *era quem* a outros poderosos locais (menos poderosos do que ele), a alguns oficiais régios ou senhoriais menos obsequiosos, aos camponeses que não sabiam quanto custava ir à guerra. E, claro, ao concelho e homens-bons de Ponte de Lima.

Desde cedo Leonel de Lima deixou claro que queria ser senhor da vila, já o vimos. E pelo que sabemos do burgo medieval³⁷, tinha

³³ Ver Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, pp. 717-719.

³⁴ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 8, fól. 52; referido por H.B. Moreno, *ob.cit.*, p. 719.

³⁵ Segundo se depreende de uma carta régia de 25 de Fevereiro de 1464; é essa a opinião de Baquero Moreno (*Ob.cit.*, p. 719).

³⁶ H. B. Moreno, *ob.cit.*, p. 718.

³⁷ Veja-se, por todos, Amélia Aurora Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

bom gosto: a ponte era magnífica, a muralha imponente, o espaço intramuros bastante animado, o termo populoso e produtivo. Não era o Porto, nem sequer Braga ou Barcelos; mas estava talvez mais ao alcance das ambições e da dimensão social de um fidalgo como ele.

A partir da morte de D. Duarte, Ponte de Lima e Leonel de Lima vão travar uma luta constante. Basta ler os *capítulos especiais* que a vila apresenta à Coroa, em cortes ou fora delas, para perceber como os homens-bons sentem o abraço tentacular do fidalgo minhoto a sufocá-los.

O número elevado de homens da sua confiança de que Leonel de Lima dispunha no concelho era uma peça essencial na sua tática de tomar a vila por dentro. Uma segunda frente consistia em adquirir propriedades dentro de muralhas: o primeiro pedido, tão inocente, era difícil de recusar - Leonel de Lima queria garantir apenas, na vila, uma capela e um jazigo de família. Parece que o conseguiu. Em momento posterior, que desconhecemos, comprou lá casas³⁸; tampouco sabemos se chegou a utilizá-las como residência. Pouco lhe importava, uma vez que já tinha uma base para propor a Afonso V um excelente negócio: estávamos em 1464, Ponte de Lima tinha muralhas mas não tinha castelo - pois bem, Leonel de Lima oferecia o terreno das suas casas para nele se edificar uma boa fortaleza. E o alcaide dessa fortaleza, quem haveria de ser?

Creio que foi neste momento que ele ganhou, no essencial, a sua guerra. Note-se que uma terra realenga com um fidalgo por alcaide do respectivo castelo é bastante diferente de uma terra ³

³⁸ Já as tinha em 18 de Agosto de 1462, de acordo com um documento publicado por Baquero Moreno ("Um Fidalgo Minhoto de Ascendência Galega...", p. 272, Documento nº111).

senhoriada por um fidalgo. Ponte de Lima³⁹ ⁴⁰ era, nesse aspecto, diferente de Barcelos, de Guimarães, de Tomar, da Braga dos arcebispos. Provavelmente quando viu o castelo construído, Leonel de Lima, o alcaide, sentiu-se satisfeito. A vila não desistiu da luta e, nas Cortes de Lisboa de Abril de 1478, obteve do rei a garantia de que seria para sempre *realenga*TM. Foi esse aparentemente o equilíbrio precário a que se chegou; simbolicamente fixado em 1481 quando Leonel de Lima e a esposa, Dona Filipa da Cunha, fundam na vila um cenóbio franciscano - o convento de Santo António. Tendo morrido ele com 92 anos, em 13 de Abril de 1495, foi sepultado na capela de Nossa Senhora da Piedade, naquele convento. Sua mulher jazia lá desde 7 de Setembro de 1486⁴¹.

5. O Porto aqui tão perto

Se em Ponte de Lima era assim, se nas suas terras do Minho Leonel de Lima se desdobrava em prepotências, comportamentos violentos e opressivos para os mais humildes e até para os seus pares, o relacionamento deste fidalgo com o Porto, a existir, só podia ter sido explosivo. Escutemos Armindo de Sousa: “Um grande grupo, o dos fidalgos, não teve assento no Porto. [...] Era gente que os burgueses queriam longe dos muros e arrabaldes. Mas não se pode dizer que os movia, aos burgueses, sentimentos anticlericais ou antinobiliárquicos. As razões do afastamento, assiduamente reditas, são claras: protecção dos bens e das

³⁹ Ou Évora, quando era alcaide-mor Femão de Melo; ou o Porto, quando tinha por alcaide João Rodrigues de Sá.

⁴⁰ Humberto Baquero Moreno, “Um fidalgo minhoto...*cit.*” pp. 268 e 273-274 (Doc. n.º V).

⁴¹ A.B. Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, p. 85.

mulheres, visto que eles, burgueses, por motivos profissionais, habitualmente andavam fora e longe. Por isso, também as aposentadorias de nobres e poderosos foram restringidas: só de três dias em qualquer ponto da cidade e nunca, excepto quando o rei estivesse no burgo, na Rua dos Mercadores, das Eiras e em casas de viúvas⁴². Além de nunca ter permitido a residência de fidalgos⁴³, o Porto resistiu sempre, por maioria de razão, às tentativas de alguns deles para se apossarem do burgo. “Duas - continuamos com Armindo de Sousa - ficaram memoráveis: a do Duque de Bragança, que pura e simplesmente requeria do Infante D. Pedro regente o senhorio do burgo [...]; e a de Rui Pereira, senhor de Refojos, que cometeu a imprudência de montar casa na cidade, desafiando arrogantemente a paciência de todos. A tentativa do duque não passou disso, saiu frustrada; e a de Rui Pereira custou-lhe a casa, a vida de um criado e um grande susto - o Porto em peso queimou-lhe tudo (ano de 1474)”⁴⁴. Por isso, dizia, Leonel

⁴² “Tempos Medievais”, in *História da Cidade do Porto*, dir. por Luís Oliveira Ramos, 2- ed., Porto, Porto Editora, 1995, p. 205. Duas outras ordens de motivos congraçavam burgueses, bispo e cabido neste hostilizar da presença de nobres na cidade: as ilhas de isenção fiscal e os bairros coutados às justiças que, a partir das residências deles, alastrariam de forma incontrolável.

⁴³ Veja-se, entre outros: João Albino Pinto Ferreira, “O Porto e a residência dos fidalgos (Subsídios para a sua História)”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 9 (1948), pp. 265-338; e, mais recentemente, os excelentes trabalhos de Armindo de Sousa “Conflitos entre o bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2- Série, 1(1983), e “Tempos Medievais...c/f.”, pp. 118-253.

⁴⁴ E continua este autor: “Este caso de Rui Pereira, muitíssimo conhecido porque exemplar, não foi único. Outros fidalgos experimentaram as iras portuenses, embora de modo menos espectacular: Gomes Ferreira (1417), João Álvares Pereira (1449), Luís Alves de Sousa (1451), Femão Alves Vieira (1451), Femão Pereira (1455), Femão Coutinho (1462), D. Martinho de Meneses (1479), D. Beatriz de Sousa, (1479). Esta dona, apesar de mulher e de se encontrar aposentada do outro lado do rio, em Vila Nova, esteve à beira de ver repetido contra si o sucedido a Rui Pereira. Só foi embora à terceira intimação que, em suma, dizia isto: ou ela sai dentro de cinco dias ou a gente vai lá, que o juiz “com toda a gente da dieta Cidade a vão lançar fora dhi [...]” (*Ob.cit.*, pp. 205-207).

de Lima só podia relacionar-se mal com uma cidade assim. Pois bem: esse relacionamento existiu, foi duradouro - e harmonioso. Em abono desta ideia deixo duas notas:

1. No ano de 1455, Leonel de Lima pede autorização à cidade para se alojar nela, de passagem, com a sua filha. Permito-me transcrever o essencial da acta da reunião camarária em que tal assunto foi tratado:

[Fól. 171]

“Item - seendo en Rollaçom aos XXVIII dias do mes de Janeyro estas pessoas adyante escriptas:

[1^a col.]

Item - Afomso Vaasquez	}	vereadores
Item - Joham Rodriguez		
Item - Manuell Gonçallvez		
Item - Vasco Gill procurador		
Item - ho almoxarife		
Item - Alvaro Leyte		
Item - Joham Carneiro		
Item - Eytor Moreyra		
Item - Fernay ⁴⁵ Anes criado do protonotairo		
Item - Manuell Gonçallvez		
Item - Pero de Leça		

[2^a col.]

Item - Afomso Giraldez
 Item - Alvaro Fernandez
 Item - Gonçalo Martinz das Bogias
 Item - Pedr'Eanes

⁴⁵ S

Item - Joham d'Aracom

Item - Vasco Fernandez

E sendo assy juntos fezerom hii leer hña carta de Lionell de Lyma pella quall rogava a estes homeens boons que porquanto elle ora entendya de passar per esta cidade com sua filha e que nos rogava que por huum dya e hua noute lhe desem aquy pousada por os seus porquanto elle e sua filha entendyam de poussar per sua lecença em cas da molher que foy d’Affomso Gilí tabeliam. E per todos foy acor [fól. 171v] [dado] que por elle seer huum tall Senhor⁴⁶ de que a cidade se sente delle ajudada em todo o que <por> parte delia lhe he requeriido e ainda entende delle de receber porem acordarom lhe darem lugar elle aver de poussar ally hu lhe praz e pera os seus nas estalajeens. E seja-lhe por ora pagado pella cidade⁴⁷. E asy mandamos ao procurador que pague as estalajeens hu pousarem⁴⁸.

É surpreendente o que acabámos de ler. O gesto do velho fidalgo, ao solicitar esta permissão, revela já um total respeito pelas regras do jogo, pouco consentâneo com a ideia tradicional que temos dele: um dos mais destacados comandantes do exército real a pedir licença aos regedores do burgo para lá passar uma noite soa-nos bastante a humilhação. Por outro lado, quem conhece as *actas de vereações* medievais do Porto sabe que são constantes as recusas da cidade a pedidos semelhantes, mesmo quando o rei em pessoa secunda a pretensão. Criam-se por vezes situações de

⁴⁶ Primitivamente estava *hua tcill pessoa*; depois estas palavras foram substituídas pelas que figuram na transcrição. A correcção é significativa.

⁴⁷ Repete *por ora*.

⁴⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro 3- de Vereações*, fóls. -171-171 v. A acta prossegue com outros assuntos correntes. No final, foi assinada por João Eanes (o almoxarife?), Afonso Vasques, João Rodrigues, Pedro Eanes e Vasco Femandes.

grande tensão, mas a cidade nunca cede. O rápido “sim” a Leonel de Lima tem, por isso, um profundo significado. Mais: o burgo fica contente com a sua vinda, declara por escrito o muito que deve ao alcaide de Ponte de Lima, paga do seu bolso as camas das estalagens para a comitiva, nem fala em prazos...o mesmo burgo que incendiou a casa de Rui Pereira!⁴⁹

2. Igualmente significativo é o seguinte: Leonel de Lima tinha em permanência pelo menos quatro barcos (duas naus, urna caravela e um barinel), fundeados no Douro, em frente ao Porto, com os seus mestres e as suas tripulações, “para além de vários homens que, por sua influência, exerciam funções nas taracenas da cidade”⁵⁰. E que funções! Em 26 de Julho de 1442, D. Afonso V nomeia Afonso Gil, morador no Porto, *alcaide das taracenas reais* da cidade, em substituição de Pero Gonçalves, a pedido expresso de Leonel de Lima⁵¹. De momento sabemos ainda pouco sobre a história desses barcos (como e quando foram adquiridos,

⁴⁹ O Prof. Dr. Armindo de Sousa, em conversa pessoal, disse-me ter notado, nos capítulos de cortes, esse bom entendimento entre o Porto e Ponte de Lima, a ponto de, por vezes, passarem como **capítulos gerais** do Entre-Douro-e-Minho requerimentos que eram, de facto, das duas localidades.

⁵⁰ Amândio Jorge de Barros, “Barcos e gentes do mar do Porto nos séculos XIV-XVI”, comunicação apresentada ao 2- **Congresso Internacional sobre o Rio Douro (Actas no prelo)**. Foi este autor que me comunicou as informações sobre os barcos do fidalgo no Porto, pelo que aqui ficam os meus agradecimentos. As referências documentais são as seguintes: A.N.T.T., **Chanc. Af.** F, L. 34, fól. 162v (pub. por Pedro de Azevedo, **ob.cit.**, Tomo I, pp. 412-416); **Chanc. Af.** F, L. 1, fól. 82 (pub. por Pedro de Azevedo, **ob.cit.**, Tomo II, pp. 670,673 e 674); **Chanc. Af** F, L. 23, fól. 76 (pub. por João Martins da Silva Marques, **Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história**, Supl. ao volume I, Lisboa, INIC, 1988, pp. 141-142). Veja-se por fim a documentação do Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia, no Porto, nomeadamente o **Livro 1**, fól. 21, e o **Livro 2**.

⁵¹ João Martins da Silva Marques, **Descobrimientos Portugueses...**, Supl. ao Vol. 1, pp. 141-142, Doc. n.º 112. Foi de certeza em casa da viúva deste Afonso Gil que Leonel de Lima se hospedou com a filha em 1455, como vimos acima.

por exemplo), sobre as respectivas dimensões e actividades⁵². Temos breves apontamentos; como este:

1. Numa carta de quitação a Diogo Afonso Malheiro, contador dos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima, passada em 20 de Setembro de 1450, podemos ler o seguinte excerto: “Item dous mil biiij^clxxxiiij rreaes por compra de lxxxv paaos pera granes da naao de Liunel de Lima em que foy parte do dito milho a Cepta e por pregadura e codesso pera a estiba e esteiras e tomento breu azeite e sevo lenha e pano pera as percintas e a sseis callafates que callafetaram o telhado e hü carpenteiro que fez os granees. Item xxxbij mil biiij^c lxxb rreaes que deu de frete aa dita naao de Liunel de Lima que levou Cxxbj tonelladas. O quarto do dito milho aa dita çidade de Çepta a trezentos rreaes por tonellada. Item ix^c IR^{ta} bj rreaes que ouve o meestre da dita naao de calças a oyto rreaes por tonellada. Item bj^c L^{ta} rreaes a tres batees que poserom a dita naao fora da foz do Porto”⁵³.

2. Numa outra carta de quitação, a Gonçalo Pacheco⁵⁴, podemos ler: Item deu seis çentos e trinta e nove reaes a quem calafetou e breou o telhado da nao Samto Sprito que he de Lyonel de Lyma e por quatro pedras destopa e por tres arrovadas de pez e por quatro canadas dazeite e por dous feixes de lenha todo pera a dita naao.”

⁵² Que tipo de comércio, que mercadorias, que destinos, etc. Mesmo assim, as *cartas de quitação* publicadas por Pedro de Azevedo fornecem-nos algumas pistas.

⁵³ A.N.T.T., *Chañe. Af. V*, L. 34, fól. 162v, pub. por Pedro de Azevedo, *ob.cit.*, Tomo I, p. 414. Note-se que não é por esta passagem que podemos afirmar que a nau estivesse normalmente fundeada no Porto; em compensação, é possível calcular que se tratasse de uma grande embarcação, por ter sido rebocada para fora da barra por três bateis, quando para outras bastava apenas um.

⁵⁴ Outorgada em 2 de Março de 1456 (A.N.T.T., *Chañe. Af. V, L. 1*, fól. 82, pub. por Pedro de Azevedo, *ob.cit.*, Tomo II, p. 677).

Este barco é bem conhecido; operava em geral a partir do Porto.

Há várias indicações de que Leonel de Lima sempre se interessou pelas coisas do mar; é possível que tenha tido mais barcos baseados em outros portos nortenhos. E talvez devido à própria experiência militar do fidalgo, é frequente encontrar embarcações suas na carreira de Ceuta⁵⁵.

6. Conclusão

Enquanto entre o rio Minho e o rio Lima o bando de Leonel de Lima metia os camponeses na ordem, intimidava os homens-bons da vila de Ponte de Lima, desonrava e atacava, por vezes violentamente, outros senhores locais menos poderosos, o *visconde* vivia uma verdadeira 'lua-de-mef com a cidade do Porto, o pretenso baluarte da resistência burguesa ao despotismo senhorial. Tinha vários barcos a participar no dinâmico comércio portuense⁵⁶ e vários homens nas actividades do mar e do rio, nomeadamente à frente das taracenas; e quando, por motivos da sua vida pessoal, precisava de pernoitar na cidade, era de pronto autorizado e mesmo acolhido com satisfação, ao contrário de outros fidalgos do seu tempo. Enquanto o bando assustava pela força, os barcos transportavam e comerciavam. Isto pode ou não convertê-lo num dos *cavaleiros-mercadores* magistralmente caracterizados por Vitorino Magalhães Godinho, mas creio que corrige um pouco a imagem que temos do velho guerreiro. Como quase sempre acontece na história e na vida, quando um homem se põe a pensar, a cómoda oposição entre 'bons' e 'maus' aparece um pouco menos nítida.

⁵⁵ Ver Pedro de Azevedo, *ob.cit.*, Tomo II, pp. 360, 670, 674-75, 677, 688.

⁵⁶ E não chegaram até nós notícias de quaisquer problemas com as respectivas equipagens, que contariam obrigatoriamente com homens da sua confiança pessoal.